



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

SUMÁRIO

1 – ATAS

1.1 – Reuniões de Comissões



ATAS

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 3/12/2015

Às 9h44min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Paulo Lamac e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Antônio Carlos Arantes. Havendo número regimental, o presidente, deputado Paulo Lamac, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater o risco de fechamento das escolas profissionalizantes vinculadas ao Sistema S, decorrente do contingenciamento de aproximadamente 30% dos recursos destinados ao referido Sistema na Lei Orçamentária Anual da União para o ano de 2016, com vistas ao seu financiamento, e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Luiz Eduardo Notini, gerente de operações do Senai, e Lúcio Sampaio, superintendente do Serviço Social da Indústria – Sesi-MG, representando Olavo Machado Júnior, presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – Fiemg; Luiz Ronilson Paiva, coordenador da Formação Profissional Rural, representando Roberto Simões, presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais – Faemg – e presidente do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Senar; e Nilo Raposo, analista da unidade de políticas públicas do Sebrae-MG, representando Anderson Cabido, diretor técnico do Sebrae-MG, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Dalmo Ribeiro Silva, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de dezembro de 2015.

Paulo Lamac, presidente – Ivair Nogueira – Dalmo Ribeiro Silva.

ATA DA 54ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 3/12/2015

Às 11h45min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, Vanderlei Miranda, Cássio Soares, João Alberto (substituindo o deputado Rogério Correia, por indicação da liderança do BMM) e Ricardo Faria (substituindo o deputado Arnaldo Silva, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A



presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 3.107/2015 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do deputado Vanderlei Miranda, aprovado pela comissão. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nº 1.017 e 1.028/2015 (relatores: deputados Vanderlei Miranda e Cássio Soares, respectivamente). Os Projetos de Lei nºs 1.584 e 3.016/2015 foram apreciados em reunião anterior. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, na mesma data, às 15h45min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2015.

Tiago Ulisses, presidente – Vanderlei Miranda – Agostinho Patrus Filho – Gustavo Corrêa – João Magalhães.

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS ÁGUAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 3/12/2015

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Iran Barbosa, Arnaldo Silva e João Vítor Xavier, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Glaycon Franco. Havendo número regimental, o presidente, deputado Iran Barbosa, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, inciso III, do Regimento Interno, dispensa a leitura das atas das reuniões anteriores, as quais são dadas por aprovadas e subscritas pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a crise hídrica e a situação preocupante do Rio Paraopeba, que abastece parte da RMBH, e ainda a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício da Comissão de Representação do Seminário Águas de Minas III, dando ciência e pedindo apoio da comissão junto à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para realizar uma reunião com a referida comissão de representação para tratar do Projeto de Lei nº 2.946/2015, uma vez que, entre outros argumentos, a audiência pública do dia 27/10/2015 não cumpriu essa finalidade. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Ivana Carla Coelho, gerente de Monitoramento de Efluentes da Fundação Estadual do Meio Ambiente - Feam -, representando o presidente; e os Srs. Márley Caetano de Mendonça, diretor de Pesquisa, Desenvolvimento e Monitoramento das Águas do Instituto Mineiro de Gestão das Águas - Igam -, representando a diretora-geral e o secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Cap. PM Juliano José Trant de Miranda, comandante da Companhia da Polícia Militar de Meio Ambiente, representando o diretor de Meio Ambiente e Trânsito da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais; Rômulo Thomaz Perilli, diretor de Operação Metropolitana da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa -, representando a diretora-presidente; Rafael Batista Gontijo, analista ambiental da Superintendência Regional de Regularização Ambiental Central - Metropolitana - Supram Central - Metropolitana, representando o superintendente; e Anderson Alves de Paula, diretor de capacitação e ensino da Fundação Unesco Hidroex, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Glaycon Franco, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de dezembro de 2015.

Iran Barbosa, presidente – Doutor Jean Freire – João Alberto – Leandro Genaro.

ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 3/12/2015

Às 15h38min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Magalhães, Agostinho Patrus Filho, Gustavo Corrêa, Sargento Rodrigues (substituindo o deputado Gustavo Valadares, por indicação da liderança do BVC), Tiago Ulisses



(substituindo o deputado Fábio Cherem, por indicação da liderança do BCMG) e Vanderlei Miranda (substituindo o deputado Cabo Júlio, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Tiago Ulisses, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei 2.252/2015, no 1º turno, do qual designou como relator o deputado Gustavo Corrêa. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei Complementar nº 42/2015 e o Projeto de Lei nº 780/2015 são retirados de pauta atendendo-se a requerimento do deputado Agostinho Patrus Filho, aprovado pela comissão. Na fase de discussão do parecer do relator, deputado Gustavo Corrêa, sobre emendas recebidas em Plenário ao Projeto de Lei nº 2.252/2015, em 1º turno, o qual conclui pela rejeição das Emendas nºs 1 a 3 e pela aprovação do Substitutivo nº 1, é apresentada a Proposta de Emenda nº 1, de autoria do deputado Sargento Rodrigues. Após discussão e votação, é aprovado o parecer, salvo proposta de emenda e rejeitada a proposta de emenda. Na sequência, é submetido a discussão e votação sendo aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno do Projeto de Lei nº 1.765/2015 (relator: deputado Gustavo Valadares, em virtude de redistribuição) na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos nºs 4.619, 4.621 e 4.622/2015. São recebidos pela presidência e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.678/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada audiência pública para tratar da demora na publicação de ato de reforma e promoção de militares junto à Diretoria de Recursos Humanos da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais;

nº 4.679/2015, do deputado João Magalhães, em que solicita seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais - DER-MG - pedido de informações consubstanciadas em relatório dos contratos de construção, manutenção, reforma e adaptação de rodovias estaduais, bem como das rodovias federais que estejam sob sua jurisdição.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, em 4/12/2015, às 9h15min, com a finalidade de apreciar o parecer sobre emendas ao Projeto de Lei nº 2.353/2015, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de dezembro de 2015.

João Magalhães, presidente – Tiago Ulisses – Sargento Rodrigues – Cássio Soares – Vanderlei Miranda – Iran Barbosa – Gustavo Corrêa.

ATA DA 55ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 3/12/2015

Às 15h45min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, Vanderlei Miranda, João Magalhães (substituindo o deputado Arnaldo Silva, por indicação da liderança do BMM), Agostinho Patrús Filho (substituindo o deputado Thiago Cota, por indicação da liderança do BCMG), Gustavo Corrêa (substituindo, o deputado Tito Torres, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. Suspende-se a reunião. Às 17h2min, são reabertos os trabalhos com a presença dos deputados Tiago Ulisses, Vanderlei Miranda, Rogério Correia, João Alberto (substituindo o deputado Arnaldo Silva, por indicação da liderança do BMM), Gustavo Corrêa e Sargento Rodrigues (substituindo, respectivamente, os deputados Tito Torres e Felipe Attiê, por indicação da liderança do BVC). A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria



constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. São retirados da pauta os Projetos de Lei nºs 3.107 a requerimento do deputado Vanderlei Miranda, aprovado pela comissão, e 1.017, 1028, 1.584 e 3.016/2015 por determinação do presidente por haverem sido apreciados em reunião anterior. O presidente determina a distribuição em avulso do parecer que conclui pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.126/2015 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, do qual é relator. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, para posterior apreciação, o seguinte requerimento:

nº 4.680/2015, do deputado Gustavo Corrêa, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 3.126/2015, de autoria do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a aderir aos critérios de indexação dos contratos celebrados entre a União e o Estado de Minas Gerais.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para as reuniões extraordinárias de 4/12/2015, às 10h30min e às 14h30min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de dezembro de 2015.

Tiago Ulisses, presidente – Vanderlei Miranda – Cássio Soares – Gustavo Corrêa – Iran Barbosa – Sargento Rodrigues.

ATA DA 29ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 3/12/2015

Às 16h14min, comparecem na Sala das Comissões o deputado Cristiano Silveira membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater as denúncias de suposta fraude envolvendo as eleições dos conselheiros tutelares de Belo Horizonte. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Marla Maria Ângelo Louredo Paiva, assessora, representando Paola Domingues Botelho Reis de Nazareth, promotora de justiça coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; Miriam Maria José dos Santos, membro do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda; Elizabeth Rodrigues Ferreira Silva, membro do Fórum Nacional de Conselhos Tutelares; e Edna Ribeiro Andrade, conselheira tutelar do Barreiro; e os Srs. Ananias Neves Ferreira, presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – Cedca; Wellerson Eduardo da Silva Corrêa, defensor público da Infância e da Juventude; Raphael Boêchat Alves Machado, professor, representando Gustavo Henrique de Almeida, coordenador do Curso de Direito da Faculdade Minas Gerais – Famig; Carlos Guilherme da Cruz, conselheiro tutelar de Belo Horizonte – Regional Venda Nova; Márcio Ramos da Silva, advogado; Gabriel Henrique Soares, diretor da Região Metropolitana da Associação dos Conselheiros e ex-Conselheiros Tutelares de Minas Gerais, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, como autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Registra-se a presença do deputado Paulo Lamac. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de dezembro de 2015.

Cristiano Silveira, presidente – Professor Neivaldo – Marília Campos.

**ATA DA 25ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 3/12/2015**

Às 16h22min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Alberto, Sargento Rodrigues, Rogério Correia (substituindo o deputado Cristiano Silveira, por indicação da liderança do BMM), Tiago Ulisses (substituindo o deputado Antônio Jorge, por indicação da liderança do BCMG) e Vanderlei Miranda (substituindo o deputado Leonídio Bouças, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado João Magalhães. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Alberto, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Isauro Calais, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. São apresentados dois requerimentos de autoria do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja adotado o processo de votação nominal para o requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 3.126/2015 e que seja retirado de pauta o referido projeto. Após votação, cada um por sua vez, são rejeitados os dois requerimentos. Registram-se os votos contrários em ambos requerimentos do deputado Sargento Rodrigues. Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.126/2015 com a Emenda nº 1 (relator: deputado João Alberto). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de dezembro de 2015.

Leonídio Bouças, presidente – João Alberto – Antônio Jorge – Bonifácio Mourão – Isauro Calais.

ATA DA 25ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 4/12/2015

Às 9h29min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Magalhães, Fábio Cherem, Sargento Rodrigues (substituindo o deputado Gustavo Corrêa, por indicação da liderança do BVC) e deputado Antônio Carlos Arantes (substituindo o deputado Gustavo Valadares, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Fábio Cherem, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. Suspende-se a reunião. Às 10h37min, são reabertos os trabalhos com a presença dos deputados João Magalhães, Tiago Ulisses (substituindo o deputado Agostinho Patrus Filho, por indicação da liderança do BCMG), Vanderlei Miranda (substituindo o deputado Cabo Júlio, por indicação da liderança do BMM), Iran Barbosa (substituindo a deputada Cristina Corrêa, por indicação da liderança do BMM), Gustavo Corrêa e Sargento Rodrigues (substituindo o deputado Gustavo Valadares, por indicação da liderança do BVC). A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* em 3/12/2015: dois ofícios do Sr. Wagner de Jesus Ferreira, coordenador-geral do Sinjus-MG. O presidente acusa o recebimento de emendas recebidas em Plenário ao Projeto de Lei nº 2.353/2015, no 1º turno, das quais designou como relator o deputado Gustavo Corrêa. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na fase de discussão do parecer do relator, deputado Gustavo Corrêa, sobre emendas recebidas em Plenário ao Projeto de Lei nº 2.353/2015, no 1º turno, o qual conclui pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2, é apresentada a Proposta de Emenda nº 1, de autoria do deputado Sargento Rodrigues. Após discussão e votação, é aprovado o parecer, salvo proposta de emenda, sendo rejeitada a proposta de emenda. Registra-se o voto favorável do deputado Sargento Rodrigues à proposta de emenda. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.



Sala das Comissões, 4 de dezembro de 2015.

João Magalhães, presidente – Gustavo Corrêa – Tiago Ulisses – Vanderlei Miranda – Iran Barbosa – Sargento Rodrigues.

ATA DA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 4/12/2015

Às 9h30min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Magalhães, Fábio Cherem, Antônio Carlos Arantes (substituindo o deputado Gustavo Valadares, por indicação da liderança do BVC) e Sargento Rodrigues (substituindo o deputado Gustavo Corrêa, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Fábio Cherem, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. Suspende-se a reunião. Às 9h33min, são reabertos os trabalhos com a presença dos deputados João Magalhães, Fábio Cherem, João Leite (substituindo o deputado Gustavo Valadares, por indicação da liderança do BVC) e Sargento Rodrigues (substituindo o deputado Gustavo Corrêa, por indicação da liderança do BVC). A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. A Presidência informa que faz retirar da pauta da reunião o Projeto de Lei nº 2.252/2015 por falta de pressupostos regimentais e o Projeto de Lei nº 1.765/2015 por ter sido apreciado em reunião anterior. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 42/2015 (relator: deputado Fábio Cherem). O parecer sobre o Projeto de Lei nº 780/2015, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação, feita pelo relator, deputado Fábio Cherem, de prorrogação de prazo regimental. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de dezembro de 2015.

João Magalhães, presidente – Fábio Cherem – Gustavo Corrêa – Cabo Júlio.

ATA DA 56ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 4/12/2015

Às 10h34min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, Vanderlei Miranda, Cássio Soares, Gustavo Corrêa e Sargento Rodrigues (substituindo, respectivamente, os deputados Titto Torres e Felipe Attiê, por indicação da liderança do BVC), e Iran Barbosa, (substituindo o deputado Arnaldo Silva, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. Suspende-se a reunião. Às 11h13min, são reabertos os trabalhos. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.126/2015 (relator: deputado Tiago Ulisses) e 1.165/2015 (relator: deputado Vanderlei Miranda) com as Emendas nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça; 2.476/2015 (relator: deputado Vanderlei Miranda) e 2.552/2015 (relator: deputado Tiago Ulisses) na forma dos Substitutivos nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça. O parecer sobre o Projeto de Lei nº 3.107/2015, no 2º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, deputado Vanderlei Miranda. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, desconvoca a reunião da mesma data, às 14h30min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de dezembro de 2015.



Tiago Ulisses, presidente – Vanderlei Miranda – Durval Ângelo – Glaycon Franco.